



PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
1993**

PRESIDÊNCIA  
MINISTRO WILLIAM PATTERSON

BRASÍLIA -DF

# SUMÁRIO

Introdução .....	05
Composição do Tribunal .....	08
Atividades Judicantes .....	17
Trabalhos Extrajurisdicionais .....	18
Relações com os Poderes Públicos e Autoridades.....	22
Jurisprudência do Tribunal .....	26
Atividades-Meio .....	28
Planejamento .....	45
Encerramento .....	46
Anexo - Estatística das Atividades Judicantes.....	47
Índice Sistemático.....	67

---

## I - INTRODUÇÃO

Senhores Ministros,

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, mediante a realização desta Sessão Plenária, retoma suas tarefas jurisdicionais, abrindo o ano judiciário de 1994.

Neste ensejo, por imperativo regimental, venho apresentar a Vossas Excelências relatório circunstanciado, juntamente com o mapa dos julgados, nos termos do art. 21, inciso XXX, do Regimento Interno.

Consigno, preliminarmente, que, em decorrência de dar-se o marco das gestões bienais da Corte em junho, a direção da Casa, em 1993, esteve sob duas administrações: a primeira - de tão marcantes e significativas realizações -, sob os auspícios do preclaro Ministro Torreão Braz, com término assinalado a 23 de junho, e a segunda, com posse no mesmo dia, presidida pela nova direção, eleita para o biênio 1993/1995.

Ao iniciar minha gestão, providenciei a adoção de meios, com o objetivo de racionalizar os serviços, propiciando aos usuários, principalmente advogados, a agilização no trâmite dos processos e no exercício de suas tarefas, de modo a alcançar, em nível externo, maior facilidade no acesso da sociedade às informações e, em nível interno, a devida instrumentalização do Tribunal.

Nesse sentido, os esforços foram direcionados em linhas de ação a fim de se promover a modernização do Superior Tribunal de

Justiça, tendo-se mantido as diretrizes do Plano Diretor de Informática e dado continuidade à implementação do Projeto de Telemática no desenvolvimento da rede corporativa do Superior Tribunal de Justiça, sem descuidar da adaptação do Tribunal às tecnologias a serem utilizadas na nova sede.

Sob essa perspectiva, o Projeto Piloto de Implantação de Rede Local, que tem como objetivo a interligação de gabinetes, já é uma realidade no que diz respeito à Quinta Turma e Taquigrafia, em uma única rede local, tornando disponíveis serviços de processamento e trâmite de texto, cadastramento e controle de jurisprudência pessoal, bem como editoração eletrônica e gerenciamento de imagem.

A Presidência e todos os gabinetes dos Ministros estão com infra-estrutura de cabeamento preparada para a continuação do projeto.

O Tribunal vem atingindo um nível vanguardista de automação em seus diversos setores, como na Distribuição de Processos, Acompanhamento Processual, Apoio a Julgamento, Processamento e Estatística, encontrando-se suas bases de informações judiciais e jurisprudenciais à disposição, nacionalmente, de todos os usuários.

Algumas alterações na estrutura organizacional em diversas áreas do Superior Tribunal de Justiça foram realizadas por meio da Resolução nº 18, de 29 de outubro de 1993, merecendo destaque a subordinação da Secretaria de Controle Interno, com nova estrutura, diretamente ao Gabinete da Presidência, visando facilitar o atendimento aos Órgãos de fiscalização, em especial o Tribunal de Contas da União.

Vale salientar que as alterações, como um todo, não implicaram a criação de cargos ou funções, uma vez que a

---

reestruturação contempla a mudança de denominação de algumas unidades e, ao mesmo tempo, extingue umas e cria outras em igual quantidade.

Ainda dentro dessa política de racionalização dos serviços e procedimentos, outra modificação na estrutura organizacional, introduzida pela Resolução mencionada, foi o desmembramento da Divisão de Benefícios em três Seções (Seção de Atendimento a Beneficiários, Seção de Controle de Faturamento e Seção de Concessão de Benefícios), oficializando a estrutura informal, vigente desde a implantação do Pró-Ser. Referida Divisão foi, ainda, retirada da subordinação da Subsecretaria de Pessoal e seu reposicionamento diretamente ligado à Secretaria de Recursos Humanos, o que conferiu maior agilidade à cadeia de informações e ao processo decisório.

A execução do Programa de Capacitação/93 foi constituída de 1.687 treinamentos de servidores de diversas áreas do Tribunal mediante a realização de eventos internos e externos, bem assim do apêrfeiçoamento de 30 diretores de Secretaria e Subsecretaria para o exercício das funções gerenciais, atingindo de forma satisfatória a política de valorização e aprimoramento do servidor através de sua capacitação.

Dar continuidade à construção da nova sede do Superior Tribunal de Justiça, iniciada em gestão anterior, tem sido outro objetivo perseguido pela minha administração, prevendo-se sua conclusão para o final do ano em curso, desde que assegurados os recursos orçamentários.

Registre-se, ainda, como acontecimento sobremodo marcante, dado o momento histórico por que passa o País, a criação da comissão encarregada de apresentar estudos e sugestões concernentes à

revisão de que trata o art. 3º do ADCT da Constituição Federal, mediante o Ato nº 174, de 03 de agosto de 1993.

## II - COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

### 1. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS JUDICANTES

Em 1993, registrou-se a aposentadoria do Sr. Ministro Athos Gusmão Carneiro, voluntariamente, em 29 de outubro, conforme Decreto Presidencial de 28 de outubro, publicado no Diário Oficial da União em 29 subsequente.

Em decorrência do falecimento do Sr. Ministro Geraldo Barreto Sobral, ocorrido em 17 de agosto de 1992, sucedeu-o o Sr. Ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago, nomeado pelo Decreto Presidencial de 13 de janeiro de 1993, publicado no Diário Oficial da União de 14 seguinte, com posse em 12 de fevereiro de 1993, remanescendo, para 1994, o provimento da vaga relativa à aposentadoria do Sr. Ministro Athos Gusmão Carneiro.

Conforme determina o art. 2º, § 2º, III, do Regimento Interno, passaram a integrar a Corte Especial os Srs. Ministros Gomes de Barros, em vaga decorrente da saída do Sr. Ministro Waldemar Zveiter; Milton Pereira, em vaga decorrente da saída do Sr. Ministro Fontes de Alencar; Cesar Rocha, em vaga decorrente da saída do Sr. Ministro Cláudio Santos; Adhemar Maciel, em vaga decorrente da saída do Sr. Ministro Sálvio de Figueiredo; e Anselmo Santiago, em vaga decorrente da saída do Sr. Ministro Barros Monteiro.

---

Em razão desses acontecimentos, o Tribunal compunha-se, quando do encerramento do ano judiciário, dos seguintes Ministros:

### **Plenário**

WILLIAM PATTERSON (Presidente)

BUENO DE SOUZA (Vice-Presidente)

JOSÉ DANTAS

ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

JOSÉ CÂNDIDO

PEDRO ACIOLI

AMÉRICO LUZ

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO

CID FLAQUER SCARTEZZINI

JESUS COSTA LIMA

COSTA LEITE

NILSON NAVES (Diretor da Revista)

EDUARDO RIBEIRO

DIAS TRINDADE (Coordenador-Geral da Justiça Federal)

JOSÉ DE JESUS FILHO

ASSIS TOLEDO

EDSON VIDIGAL

GARCIA VIEIRA

LUIZ VICENTE CERNICCHIARO

WALDEMAR ZVEITER

FONTES DE ALENCAR

CLÁUDIO SANTOS

SÁLVIO DE FIGUEIREDO

BARROS MONTEIRO  
HÉLIO MOSIMANN  
PEÇANHA MARTINS  
DEMÓCRITO REINALDO  
HUMBERTO GOMES DE BARROS  
MILTON LUIZ PEREIRA  
CESAR ASFOR ROCHA  
ADHEMAR MACIEL  
ANSELMO SANTIAGO

### **Corte Especial**

WILLIAM PATTERSON (Presidente)  
BUENO DE SOUZA (Vice-Presidente)  
JOSÉ DANTAS  
ANTÔNIO TORREÃO BRAZ  
JOSÉ CÂNDIDO  
PEDRO ACIOLI  
AMÉRICO LUZ  
ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO  
CID FLAQUER SCARTEZZINI  
JESUS COSTA LIMA  
COSTA LEITE  
NILSON NAVES (Diretor da Revista)  
EDUARDO RIBEIRO  
DIAS TRINDADE (Coordenador-Geral da Justiça Federal)  
JOSÉ DE JESUS FILHO



ASSIS TOLEDO  
EDSON VIDIGAL  
HÉLIO MOSIMANN  
PEÇANHA MARTINS  
DEMÓCRITO REINALDO  
HUMBERTO GOMES DE BARROS  
MILTON LUIZ PEREIRA  
CESAR ASFOR ROCHA  
ADHEMAR MACIEL  
ANSELMO SANTIAGO

### **Primeira Seção**

AMÉRICO LUZ (Presidente)  
ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO  
JOSÉ DE JESUS FILHO  
GARCIA VIEIRA  
HÉLIO MOSIMANN  
PEÇANHA MARTINS  
DEMÓCRITO REINALDO  
HUMBERTO GOMES DE BARROS  
MILTON LUIZ PEREIRA  
CESAR ASFOR ROCHA

**Segunda Seção**

NILSON NAVES (Presidente)

ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

COSTA LEITE

EDUARDO RIBEIRO

DIAS TRINDADE\*

WALDEMAR ZVEITER

FONTES DE ALENCAR

CLÁUDIO SANTOS

SÁLVIO DE FIGUEIREDO

BARROS MONTEIRO

**Terceira Seção**

CID FLAQUER SCARTEZZINI (Presidente)

JOSÉ DANTAS

JOSÉ CÂNDIDO

PEDRO ACIOLI

JESUS COSTA LIMA

ASSIS TOLEDO

EDSON VIDIGAL

LUIZ VICENTE CERNICCHIARO

ADHEMAR MACIEL

ANSELMO SANTIAGO

\* Em substituição ao Ministro ATHOS CARNEIRO, conforme Emenda Regimental nº 03 - D.J. de 11.08.93.

**Primeira Turma**

GARCIA VIEIRA (Presidente)  
DEMÓCRITO REINALDO  
HUMBERTO GOMES DE BARROS  
MILTON LUIZ PEREIRA  
CESAR ASFOR ROCHA

**Segunda Turma**

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO (Presidente)  
AMÉRICO LUZ  
JOSÉ DE JESUS FILHO  
HÉLIO MOSIMANN  
PEÇANHA MARTINS

**Terceira Turma**

EDUARDO RIBEIRO (Presidente)  
COSTA LEITE  
NILSON NAVES  
WALDEMAR ZVEITER  
CLÁUDIO SANTOS

**Quarta Turma**

FONTES DE ALENCAR (Presidente)

ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

DIAS TRINDADE\*

SÁLVIO DE FIGUEIREDO

BARROS MONTEIRO

**Quinta Turma**

JESUS COSTA LIMA (Presidente)

JOSÉ DANTAS

CID FLAQUER SCARTEZZINI

ASSIS TOLEDO

EDSON VIDIGAL

**Sexta Turma**

LUIZ VICENTE CERNICCHIARO (Presidente)

JOSÉ CÂNDIDO

PEDRO ACIOLI

ADHEMAR MACIEL

ANSELMO SANTIAGO

\* Em substituição ao Ministro ATHOS CARNEIRO, conforme Emenda Regimental nº 03 - D.J. de 11.08.93.

## 2. COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

Com a edição do ato nº 173, de 03 de agosto de 1993, em obediência à disposição contida no art. 21, inciso XVII, do Regimento Interno, as Comissões Permanentes e a Comissão Especial de Obras passaram a ser compostas dos seguintes Ministros:

### 2.1. COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.1.1. COMISSÃO DE COORDENAÇÃO

JESUS COSTA LIMA  
DIAS TRINDADE  
LUIZ VICENTE CERNICCHIARO  
PEÇANHA MARTINS (Suplente)

#### 2.1.2. COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO

JOSÉ CÂNDIDO  
CID FLAQUER SCARTEZZINI  
ASSIS TOLEDO  
SÁLVIO DE FIGUEIREDO (Suplente)

#### 2.1.3. COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

EDUARDO RIBEIRO  
EDSON VIDIGAL  
WALDEMAR ZVEITER  
FONTES DE ALENCAR (Suplente)

#### 2.1.4. COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

JOSÉ DANTAS  
PEDRO ACIOLI  
ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO  
NILSON NAVES  
GARCIA VIEIRA  
CLÁUDIO SANTOS

#### 2.2. COMISSÃO ESPECIAL DE OBRAS

COSTA LEITE  
JOSÉ DE JESUS FILHO  
BARROS MONTEIRO  
HÉLIO MOSIMANN

#### 2.3. COMISSÃO TEMPORÁRIA

Ainda em obediência ao disposto no art. 21, inciso XVII, do Regimento Interno, foi editado o Ato de nº 174, de 03 de agosto de 1993, que criou a comissão temporária encarregada de apresentar estudos e sugestões concernentes à revisão de que trata o art. 3º do ADCT da Constituição Federal, composta dos Srs. Ministros abaixo relacionados, sob a coordenação do primeiro:

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO  
COSTA LEITE  
NILSON NAVES  
EDUARDO RIBEIRO

---

SÁLVIO DE FIGUEIREDO  
HÉLIO MOSIMANN  
CESAR ASFOR ROCHA

### III - ATIVIDADES JUDICANTES

As atividades de prestação jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça, durante o quinto ano de sua instalação, segundo os boletins estatísticos correspondentes, evidenciam o considerável crescimento dos feitos em tramitação, atingindo os processos autuados e distribuídos o elevado número de 33.336 unidades. Em contrapartida, tais dados realçam a laboriosa atuação desta Egrégia Corte, consubstanciada na realização de 433 sessões por seus órgãos julgadores - Corte Especial, Seções e Turmas -, no julgamento em mesa de 17.867 processos e mais 17.238 decididos por despacho, totalizando 35.105 processos julgados, alcançando-se a significativa média de julgamentos de 1.170 feitos apurada em função do número de Ministros em exercício.

A esses, somem-se 1.553 recursos extraordinários interpostos, submetidos a exame de admissibilidade pelo Vice-Presidente, por delegação de competência, dos quais 105 foram admitidos e 1.448 denegados e/ou prejudicados.

Mencionem-se, ainda, 17.148 acórdãos publicados, bem como 6.203 despachos outros proferidos pelo Presidente, ou Vice-Presidente no exercício de competência delegada, no âmbito da Secretaria Judiciária, em processos, petições, ofícios e telex.

Cotejando-se os quantitativos de processos distribuídos e julgados desde a criação deste colendo Tribunal até o último exercício

findo, verifica-se que, para um total de 110.776 processos recebidos, a despeito do esforço despendido pelos Eminentíssimos Pares, permaneceram 18.892 feitos pendentes de julgamento, os quais merecerão, com certeza, a dedicação de Vossas Excelências no decorrer do presente ano.

Ainda com relação às atividades judicantes, além dos despachos exarados pelos Senhores Ministros Presidente e Vice-Presidente junto à Secretaria Judiciária, conforme relatório da Divisão de Estatística, e daqueles prolatados na conformidade do art. 21, XIII, "c", do RISTJ, foram apreciados 44 pedidos de suspensão de segurança encaminhados diretamente ao Gabinete da Presidência.

Em razão do impedimento de três Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Sr. Ministro Presidente e os Srs. Ministros Antônio Torreão Braz e José Fernandes Dantas, deste Tribunal, foram convocados para compor o **quorum** da Sessão Plenária daquela Corte realizada no dia 16 de dezembro, quando do julgamento do Mandado de Segurança nº 21.689-1-DF, impetrado pelo Senhor Fernando Affonso Collor de Mello.

#### **IV - TRABALHOS EXTRAJURISDICIONAIS**

##### **1. ELEIÇÕES - ADMINISTRAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E MEMBROS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

No dia 24 de maio de 1993, em sessão plenária extraordinária, foram eleitos para a administração do Superior Tribunal de Justiça e membros do Conselho da Justiça Federal, para o biênio



1993/1995, os Srs. Ministros William Andrade Patterson, Presidente; Romildo Bueno de Souza, Vice-Presidente; Francisco Dias Trindade, Coordenador-Geral da Justiça Federal, conforme o disposto no art. 2º, § 2º, item III, do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal; Nilson Vital Naves, Diretor da Revista, Francisco Dias Trindade, José de Jesus Filho e Francisco de Assis Toledo, membros efetivos do Conselho da Justiça Federal, e Edson Carvalho Vidigal, Jacy Garcia Vieira e Athos Gusmão Carneiro, membros suplentes. Em razão da aposentadoria deste último, remanesce aberta a vaga para membro suplente do Conselho da Justiça Federal.

Os eleitos foram empossados em sessão solene do Plenário realizada em 23 de junho.

## 2. INDICAÇÕES

Visando ao preenchimento da vaga surgida da aposentadoria do Sr. Ministro Athos Carneiro, em sessão extraordinária do dia 02 de dezembro foi elaborada lista tríplice, da qual fizeram parte os nomes dos Drs. Ruy Rosado de Aguiar Júnior, Paulo Roberto Bastos Furtado e Luiz Cláudio de Almeida Abreu.

## 3. POSSE DE MINISTROS

Em sessão solene do Plenário realizada em 12 de fevereiro, assumiu o cargo de Ministro deste Tribunal o Dr. José Anselmo de Figueiredo Santiago, sucedendo ao Sr. Ministro Geraldo Sobral.

#### 4. AFASTAMENTOS REGIMENTAIS - LICENÇAS

Na forma regimental, mediante requerimento, foram deferidos aos membros do Tribunal abaixo nomeados os seguintes afastamentos:

a) 02 a 11 de março - Sr. Ministro Pedro da Rocha Acioli, para gozo de licença especial, nos termos do PA nº 208/92;

b) 03 a 22 de maio - Sr. Ministro Athos Gusmão Carneiro, para gozo de licença para tratamento da própria saúde, conforme o PA nº 264/93;

c) 10 a 20 de maio - Sr. Ministro Francisco Cláudio de Almeida Santos, para participar do "Congresso da ASSOCIATION HENRI CAPITANT DES AMIS DE LA CULTURE JURIDIQUE FRANÇAISE, realizado em Nice (França) e Gênova (Itália), de acordo com o PA nº 260/93;

d) 01 de agosto a 28 de outubro - Sr. Ministro Athos Gusmão Carneiro, para gozo de licença para tratamento da própria saúde, conforme o PA 264/93;

e) 02 a 31 de agosto - Sr. Ministro Antônio Torreão Braz, para gozo de férias relativas aos biênios 89/91 e 91/93, quando investido das funções de Vice-Presidente e Presidente do STJ, nos termos do PA 385/93;

f) 09 a 13 de agosto - Sr. Ministro Pedro da Rocha Acioli, para gozo de licença especial, conforme o PA 208/92;

g) 20 de setembro a 01 de outubro - Srs. Ministros José de Jesus Filho e Hélio de Mello Mosimann, para participar das

"Terceiras Jornadas Judiciais Luso - Brasileiras" na cidade de Braga, Portugal, de acordo com os PAs nºs 534/93 e 532/93;

h) 29 de setembro a 08 de outubro - Sr. Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, para participar das "Terceiras Jornadas Luso-Brasileiras de Magistrados" na cidade de Braga, Portugal, conforme o PA nº 539/93;

i) 04 de outubro a 11 de novembro - Sr. Ministro Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, para gozo de licença para tratamento da própria saúde, nos termos do PA nº 556/93.

## 5. HOMENAGENS

Em sessão solene do Plenário do dia 28 de maio, na forma regimental, o Tribunal prestou homenagem ao saudoso Ministro Amando Sampaio Costa, por ocasião do centenário do seu nascimento, falando em nome da Corte o Sr. Ministro Adhemar Ferreira Maciel, em nome do Ministério Público Federal, a Dra. Yedda de Lourdes Pereira, Subprocuradora-Geral da República, e, em nome do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Reginaldo Oscar de Castro. Agradecendo em nome da família do Ministro Amando Sampaio Costa, usou da palavra o Dr. Paulo Ortiz Monteiro. Na ocasião, foi anunciada a edição do livro sobre o homenageado, como preito que se rende ao Ministro na oportunidade da celebração do centenário do seu nascimento.

Ainda em sessão solene do Plenário, no dia 11 de novembro, foi prestada homenagem póstuma ao Sr. Ministro Hélio Pinheiro da Silva. Na oportunidade, falaram o Sr. Ministro Nilson

Naves, pelo Tribunal; a Dra. Edylcéa Tavares Nogueira de Paula, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal, e o Dr. Guaracy da Silva Freitas, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

## 6. OUTROS EVENTOS CONSIGNADOS EM ATA

Constam das atas das sessões extraordinárias do Plenário no ano, realizadas nas datas indicadas, os eventos que se seguem:

a) 22 de abril - o Plenário deliberou a aprovação e encaminhamento ao Congresso Nacional dos anteprojetos de lei que dispõem sobre a reestruturação dos Tribunais Regionais Federais da 2ª e 4ª Regiões;

b) 24 de maio - o Plenário aprovou a instituição do selo comemorativo e da medalha do Superior Tribunal de Justiça;

c) 09 de agosto - o Plenário procedeu à votação de emendas ao Regimento Interno, aprovando-as e consolidando-as na Emenda Regimental nº 03;

d) 02 de dezembro - o Plenário aprovou emendas ao Regimento Interno, consolidando-as na Emenda Regimental nº 04.

## V - RELAÇÕES COM OS PODERES PÚBLICOS E AUTORIDADES

A Presidência, no desempenho de suas atribuições regimentais, representou o Tribunal perante os Poderes da República, os

Estados, os Municípios, o Distrito Federal e demais autoridades, ou delegou tal missão a um dos Senhores Ministros.

O Tribunal, por meio da Presidência, recebeu em audiência autoridades dos Três Poderes e compareceu a várias outras, no trato de interesses decorrentes da sua função administrativa.

Procurando atingir o mais elevado nível de harmonia nas relações com os Poderes constituídos, com os profissionais envolvidos com a Justiça, com a comunidade científica e com a sociedade em geral, inclusive no plano internacional, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça participou, efetivamente, nos seguintes eventos:

- a) Posse da nova administração do Tribunal Superior do Trabalho no dia 26 de janeiro;
- b) Abertura das atividades do Centro de Estudos Judiciários para o ano de 1993, no dia 08 de março;
- c) "III Encontro entre Juizes Federais Brasileiros e Magistrados Uruguaios" no dia 19 de março, em Porto Alegre-RS;
- d) Posse dos novos dirigentes dos Tribunais Regionais Federais da 2ª, 3ª e 5ª Regiões;
- e) Inauguração da Vara Federal de São José do Rio Preto no dia 16 de abril;
- f) Ciclos de Conferências para Juizes Federais nos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 4ª e 5ª Regiões nos dias 4 de junho, 18 de maio, 10 de maio e 07 de junho;
- g) Abertura e encerramento do "Encontro Nacional de Magistrados Federais" nos dias 20 e 21 de maio;

- h) Instalação do "Sistema Justiça" no dia 24 de maio;
- i) Posse do Senhor Ministro Marco Aurélio, do STF, como membro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral no dia 1º de junho;
- j) Visita à Justiça Federal de Aracaju-SE no dia 05 de junho, de Natal-RN no dia 08 de junho e de João Pessoa-PB no dia 09 de junho;
- k) Posse dos novos dirigentes do Tribunal Superior Eleitoral no dia 15 de junho;
- l) "X Encontro Nacional dos Juizes Federais" no dia 11 de agosto, Rio de Janeiro-RJ;
- m) Formatura da turma de Direito da AEUDF, como patrono, no dia 20 de agosto;
- n) Abertura da "XI Conferência Estadual dos Advogados Catarinenses" no dia 25 de agosto, Blumenau-SC;
- o) "III Semana Jurídica da Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes", como convidado especial e conferencista, nos dias 23 a 27 de agosto, Santos-SP;
- p) Inauguração da nova sede da Justiça Federal do Mato Grosso do Sul no dia 06 de setembro, Campo Grande-MS;
- q) Abertura do "Encontro sobre Direitos Indígenas" no dia 02 de setembro, Senado Federal;
- r) Posse dos Juizes Federais Substitutos no dia 20 de setembro, Brasília-DF;
- s) Abertura e encerramento do "I Curso de Preparação de Magistrados Federais" nos dias 21 e 24 de setembro, Brasília-DF;

t) "Encontro do Colégio Permanente de Presidentes" nos dias 08 e 09 de outubro;

u) Debate: "A Revisão Constitucional", no dia 27 de outubro;

v) Abertura da programação do Centro de Estudos Judiciários em homenagem ao servidor público, no dia 27 de outubro;

w) "III Semana de Altos Estudos da Escola Nacional da Magistratura" no dia 1º de novembro, Salvador-BA;

x) Inauguração das novas instalações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios no dia 16 de dezembro; e

y) Entrevistas aos jornais "Tribuna Judiciária" e "Tribuna do Advogado", e ao "Informativo nº 3", do Conselho da Justiça Federal, bem como envio de artigo ao "Correio Braziliense" por ocasião do 3º aniversário do suplemento "Direito e Justiça".

O Presidente ainda compareceu a diversas solenidades de outorga de comenda e homenagens a sua pessoa, correspondentes à "Medalha do Mérito Judiciário do Estado da Bahia", através do Tribunal de Justiça da Bahia, em 13 de agosto, à "Ordem do Mérito Militar", no grau de Grande-Oficial, em 25 de agosto, e ao Título de "Cidadão Ilheense", concedido pela Câmara Municipal da cidade de Ilhéus-BA, em 26 de novembro.

A Assessoria de Comunicação Social, em apoio às atividades mencionadas, atuou promovendo cerimonial - tarefa da qual se vem desincumbindo como modelo já seguido por outros tribunais -, realizando pesquisas e elaborando documentos sobre os países de origem

de autoridades estrangeiras recebidas em audiência, assim como sobre as Cortes Supremas de Justiça de países com os quais o Brasil mantém intercâmbio na área jurídica. Registre-se, ainda, a produção de **releases**, com vistas à divulgação da atividade judicante do Tribunal, e a abertura de espaço cultural, proporcionando a artistas nacionais e estrangeiros a possibilidade de expor suas obras.

## **VI - JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL**

### **1. REVISTA**

A Revista do Superior Tribunal de Justiça, sob a direção do Sr. Ministro Nilson Naves, editou, no exercício de 1993, 15 números da Revista, 22 do Boletim do STJ, 23 do Boletim de Serviço, 18 números de Julgados do STJ e 4 números do Ementário.

Foram distribuídos, para todo o território nacional, 6.570 exemplares da Revista, 2.640 do Boletim e 6.000 de Julgados.

No âmbito do Tribunal, foram distribuídos, ainda, 420 exemplares da publicação LEX - Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, 2.508 Revistas Trimestrais de Jurisprudência, 6.900 Boletins de Serviço - produto elaborado com auxílio de recente implantação de editoração eletrônica. Com periodicidade quadrimestral, foram editados 1.752 Ementários de Jurisprudência do STJ e 3.000 Boletins de Súmulas do STJ, de nºs 01 a 83, devidamente indexadas.



## 2. SÚMULAS

Durante o ano de 1993, foram aprovados 22 verbetes da jurisprudência firmada pelo Tribunal e compediados nas Súmulas do Superior Tribunal de Justiça de nºs 72 a 93, dando-se-lhes, na forma regimental, ampla divulgação.

## 3. BANCO DE DADOS

A Base de Dados da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça contava, quando do encerramento do ano judiciário, com 49.542 acórdãos trabalhados, à disposição de qualquer usuário interno ou externo que tenha acesso ao sistema RENPAC ou PRODASEN, via terminal, dentre os quais 17.142 foram incluídos no último exercício. Tais acórdãos continuam sendo implantados, com os dados essenciais, no dia subsequente ao da sua publicação no Diário da Justiça e, com ementa e decisão, uma semana após, sendo possível a recuperação por número de processo, código de Ministro Relator ou palavras-chave encontradas no texto da ementa.

Dos 17.142 acórdãos incluídos no exercício findo, 6.337 foram trabalhados como sucessivos, de forma abreviada, 10.646 já se encontram indexados e 3.620, devidamente catalogados.

Levando-se em conta o considerável aumento de julgados, constata-se significativo crescimento no desenvolvimento das tarefas que resultaram nos números apontados, se comparados aos do ano anterior.

Por outro lado, atendendo-se às unidades do Tribunal, a diversos órgãos e ao público em geral, inclusive de fora de Brasília, por

meio de telefone, malote ou fax, foram efetuadas, em média, 50 pesquisas diárias e 1.093 mensais, excluídos os meses de recesso, perfazendo o total de 11.261 pesquisas no ano, de janeiro a dezembro.

Cotejando-se esses números com os publicados no ano de 1992, registra-se um acréscimo de 14% nas pesquisas realizadas pelo setor, cuja eficiência foi aprimorada com a substituição de 05 terminais ITAUTEC por equipamentos IBM e PC/XT 286, além da instalação de um aparelho de FAX, na Subsecretaria de Jurisprudência, para atendimento de solicitações de pesquisa provenientes de outros Estados, notadamente de magistrados, procuradores e advogados.

A Divisão de Produção e Pesquisa foi, ainda, responsável pela conferência dos documentos incluídos na Base de Dados com os que constam da Revista do Tribunal, com subsequente registro, no próprio Banco de Dados, da referência à respectiva revista, trabalho que se encontra atualizado em 100%, ou seja, conferência de 49 revistas.

Merece realce a vinculação da Subsecretaria de Jurisprudência à Diretoria-Geral, conforme a Resolução nº 18, de 29 de outubro de 1993, o que veio facilitar a tomada de decisões ligadas à sua área de atuação, interna e externamente, eis que envolvida com a padronização do tratamento e disponibilização da informação jurisprudencial no âmbito do STJ, Justiça Federal do 1º e 2º graus e de Tribunais de Justiça de diversos estados.

## **VII - ATIVIDADES-MEIO**

Com o escopo de promover o desenvolvimento organizacional do STJ, sua Administração, no decorrer do exercício, fez

---

realizar ajustes no que diz respeito à estrutura já concebida, sendo editada, após cuidadoso estudo da Assessoria Especial da Presidência, a Resolução nº 18, de 29 de outubro de 1993, introduzindo alterações no Gabinete da Presidência, na Secretaria de Controle Interno, na Secretaria Judiciária, na Secretaria Administrativa, na Secretaria de Informática, na Secretaria de Documentação e na Secretaria de Recursos Humanos.

Tais modificações determinaram a adequação do Regulamento dos Serviços Administrativos das unidades integrantes da Secretaria à nova realidade organizacional, a cargo da Assessoria Especial da Presidência.

Já é possível constatar os bons resultados da reestruturação mediante o exame dos relatórios específicos de cada área para o exercício, disponíveis, na íntegra, em separata, para consulta, na Biblioteca Ministro Oscar Saraiva.

## 1. INFORMÁTICA

Os esforços no setor de informática foram direcionados a fim de se promover a modernização do Superior Tribunal de Justiça, mantidas as diretrizes do Plano Diretor de Informática. Para tanto, vários projetos foram desenvolvidos sob a responsabilidade da Secretaria de Informática.

### 1.1. PROJETO DE TELEMÁTICA

Este projeto visa ao desenvolvimento da chamada Rede Corporativa do STJ, cujo objetivo é oferecer aos usuários, na nova sede, uma plataforma única de trabalho inteligente, utilizando as *Workstations* para acesso à rede local, Central de Processamento *Mainframe (Host)*,

Central de Serviços de Mensagens, fax, telex e transmissão de dados, bem como digitação de imagens com auxílio de discos óticos, agregando a isto toda a segurança e confiabilidade das informações.

A estrutura elaborada visa oferecer, também, a segurança física quanto à interrupção do sistema, proporcionando a flexibilidade de mudanças de *layout* e implementação de novos pontos.

O projeto de infra-estrutura foi todo especificado e encontra-se em fase de operacionalização.

## 1.2. PROJETO PILOTO DE IMPLANTAÇÃO DE REDE LOCAL

O projeto já atingiu concreção no que tange à interligação de gabinetes, Quinta Turma e Taquigrafia em uma única rede local, pondo à disposição serviços de processamento e trâmite de textos, cadastramento e controle de jurisprudência pessoal, editoração eletrônica e gerenciamento de imagem.

O projeto piloto está implantado com um total de 35 estações.

A Presidência e todos os gabinetes dos Ministros estão com infra-estrutura de cabeamento preparada para dar continuidade ao Projeto de forma global.

## 1.3. PROJETO JUSTIÇA - INFORMAÇÕES JUDICIAIS INTEGRADAS

Foram desenvolvidos os Projetos Lógico e Físico do Sistema Justiça, ocorrendo a implantação da sua primeira fase no mês de

maio. Esta fase compreendeu a automação da distribuição de Processos, Apoio a Julgamento, Processamento e Estatística.

A execução do Projeto, em sua primeira etapa, além de ter automatizado as atividades principais da área Judiciária, enfatizou o tratamento das informações *on-line*, proporcionando agilidade e rapidez às consultas internas e externas ao Sistema, destacando-se o grande interesse dos usuários, via RENPAC, no acesso às informações.

Encontra-se em andamento o desenvolvimento dos Subsistemas de Jurisprudência e Informações TFR.

#### 1.4. PROJETO DE DEFINIÇÃO DO AMBIENTE TECNOLÓGICO

Este projeto visa ao estabelecimento de um padrão tecnológico, por meio de diretrizes estratégicas de balizamento para o setor de informática, no âmbito do STJ, que contemple as tendências atuais do mercado, bem como as necessidades futuras da nova sede.

As diretrizes apresentadas pelo Plano Estratégico estão norteando todo o processo de aquisição de *hardware* e *software* do Tribunal.

#### 1.5. PROJETO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Este projeto busca atender às necessidades dos diversos setores que manipulam dados pertinentes ao quadro de servidores do Tribunal, o que será viável após a informatização das funções de

administração de recursos humanos.

O início dos trabalhos deu-se em novembro, quando foi apresentada a primeira versão do projeto, contendo a definição dos módulos do sistema e as fases previstas para a implantação.

## 1.6. EXPANSÃO DA REDE DE USUÁRIOS DO STJ

### 1.6.1. REDE INTERNA

Até o mês de novembro foram adquiridos os seguintes equipamentos de processamento de dados para microinformática:

- 02 micro-modens para ligação da rede local ao *mainframe*;
- 05 placas de rede padrão *Ethernet*;

Está em fase final de licitação a compra de:

- 12 microcomputadores 386DX 40 MHZ com 8 MB de memória e monitor policromático;
- 75 impressoras de jato de tinta;
- 01 impressora de jato de tinta colorida com adaptador para rede local;
- 50 monitores policromáticos;
- 100 dispositivos auxiliares de entrada de dados *mouse*;
- 3 placas de rede 16 *bits* padrão *Ethernet* para ligação de estações.

### 1.6.2. REDE EXTERNA

A meta de democratizar a Informática do Tribunal foi atingida no ano de 1993, com mais de 1.000 usuários externos cadastrados. O novo manual de acesso às bases de dados do STJ foi confeccionado, com uma tiragem de 2.000 exemplares, tendo sido remetido a todos os usuários externos e alcançado grande repercussão nos segmentos judiciários.

### 1.7. REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE INFORMÁTICA

Foi aprovada e implantada a nova estrutura da Secretaria de Informática, conforme a Resolução nº 18, de 29 de outubro de 1993, a fim de consolidar a filosofia de atendimento centrada nas necessidades do usuário.

Para tanto conta, agora, com duas gerências de atendimento e uma de administração dos recursos técnicos instalados.

### 1.8. CONCURSO PÚBLICO PARA A ÁREA DE INFORMÁTICA

O processo de modernização do STJ provocou o crescimento do parque de equipamentos, acompanhado da implantação de novas tecnologias e sistemas em face das demandas dos usuários. As mudanças geradas no âmbito do Tribunal têm exigido um novo perfil técnico do setor, no que tange à capacidade e absorção de novos conhecimentos, exigindo, também, o crescimento do quadro técnico.

Visando suprir essas necessidades, a Secretaria de Recursos Humanos promoveu concurso público para a seleção de 24 analistas de sistema e 32 programadores. As provas foram realizadas com posse prevista para fevereiro de 1994.

## 2. DOCUMENTAÇÃO

A Secretaria de Documentação, no ano de 1993, concluiu o Projeto SPAI (Sistema de Protocolo Administrativo Informatizado), com a elaboração do Manual do Usuário do Sistema e do Manual de Redação Oficial, que padronizam formatos e redações. Para o definitivo funcionamento do SPAI, estão em andamento alguns ajustes técnicos por parte da Secretaria de Informática, além da implantação de rede de microcomputadores capaz de suportar, com agilidade, o acesso dos usuários do Tribunal ao Sistema.

Foram preparadas, ainda, planilhas técnicas para automatizar os serviços no Arquivo-Geral, bem como Instruções Normativas que regulamentam o Sistema.

### 2.1. ARQUIVO-GERAL

O Arquivo-Geral atendeu a 74.811 pesquisas, tendo fornecido 73.398 cópias de acórdãos solicitadas pelas diversas unidades do Tribunal e por usuários externos em geral. Atendeu, ainda, a 1.413 pedidos referentes a processos judiciais e a documentos administrativos, atingindo a reprografia o total de 671.944 cópias.

O registro, a análise e a indexação dos documentos históricos continuaram a ser atividade de grande destaque para o



Arquivo-Geral, uma vez que houve a inserção, em microcomputador, de dados relativos aos processos de material permanente, encaminhados desde 1947 (início do TFR) até 1991, bem como de dados referentes aos Srs. Ministros, o que possibilitará a futura elaboração de dossiês.

A área foi responsável, também, pela análise das atas e levantamento de dados para a composição do 7º volume da "Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados do TFR e STJ", a cargo da Equipe de Editoração Cultural.

## 2.2. MUSEU

Ao Museu do STJ coube a tarefa de organizar e montar a exposição intitulada "Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil", reunindo extenso material fotográfico e bibliográfico. A mostra aconteceu no mês de agosto.

No ano de 1993, o Museu foi agraciado com duas doações: uma de documento histórico sobre a Coluna Prestes e outra, feita pelo Sr. Ministro Athos Carneiro, da Lei de Organização Judiciária, de 1895, do Estado do Rio Grande do Sul.

## 2.3. BIBLIOTECA

As ações da Biblioteca foram direcionadas no sentido de proporcionar o crescimento do acervo bibliográfico, bem como o tratamento e a disponibilização dessas informações, nos Bancos de Dados BIBR e PERI/ SICON, de forma totalmente atualizada.

Dentre outras atividades de atribuição específica da área,

destacam-se a elaboração e editoração do "Informativo Jurídico", do "Boletim da Biblioteca", dos "Artigos Jurídicos", das "Novas Aquisições" e do "Direito e Justiça" e a publicação dos "Atos Normativos do STJ".

### 3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Buscando dar continuidade às ações implementadas no exercício anterior, a Secretaria Administrativa aprimorou procedimentos de execução, a fim de propiciar maior economia e celeridade às atividades que lhe são afetas.

Vale ressaltar a criação da Assessoria Jurídica junto à Secretaria Administrativa, com a finalidade de proferir pareceres nos processos de licitações e contratos administrativos, em obediência à Lei nº 8.666/93.

Merecem registro as principais ações desenvolvidas pelas diversas Subsecretarias.

#### 3.1. SUBSECRETARIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Quanto à administração de recursos materiais, bens patrimoniais e contratação de serviços de terceiros, a unidade, no desempenho das suas atribuições, abriu 1.114 processos para aquisições e contratações.

Na Seção de Cadastro de Fornecedores, foi criada, no sistema SINGRA, a rotina de "Fornecedores Penalizados", onde constam

---

as firmas que sofreram aplicação de multas por atraso na entrega de material e execução de serviços durante o exercício.

Alterações na Divisão de Suprimento concorreram para uma redução superior a 400% na quantidade de pedidos de compra de material, o que ocasionou, conseqüentemente, significativa redução no número de processos, licitações, notas de empenho, notas fiscais e ordens bancárias.

Por outro lado, com o aperfeiçoamento do sistema de fichas cadastrais, foi possível reduzir, também, o número de requisições em 56% relativamente aos requisitantes dos diversos setores do Tribunal.

A Divisão de Suprimento realizou, ainda, os seguintes trabalhos:

- a) criação de formulário para devolução de materiais;
- b) implantação de fichas de prateleira;
- c) implantação de sistema de verificação mensal de estoque;
- d) adoção de sistemática de controle de materiais conforme o consumo médio mensal;
- e) criação e elaboração de mapa de localização de material;
- f) reestruturação, atualização e montagem do "Catálogo de Materiais".

### 3.2. SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA E TRANSPORTE

Visando à agilização e o aperfeiçoamento, indispensáveis à tranquilidade e segurança exigidas pelas altas funções da Instituição, a unidade foi responsável pelas seguintes tarefas:

- a) criação da Ronda Residencial;
- b) serviço de vigilância no prédio anexo;
- c) reforço de vigilância nos estacionamentos;
- d) cadastramento dos veículos particulares;
- e) exercício de reconhecimento de autoridades;
- f) organização do serviço de guardetes.

Vale ressaltar a implantação, no microcomputador da Divisão de Transporte, os programas SISTRA e SISCOP, que contêm, respectivamente, o registro e movimentação de veículos e o registro de processos referentes à área.

O setor foi responsável, ainda, pela elaboração do plano de transporte coletivo dos servidores, a ser implantado oportunamente.

Coube à Subsecretaria de Segurança e Transporte o planejamento do sistema de segurança eletrônico da nova sede do STJ, tarefa que implicou exaustivos trabalhos de concepção e dimensionamento de um projeto que guarda razoável sofisticação e complexidade, sendo considerado um dos mais modernos do País.

### 3.3. SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS

Esta Subsecretaria desenvolveu as atividades a ela pertinentes através da Divisão de Manutenção e Conservação e da Divisão de Comunicações Administrativas, realizando inúmeras e trabalhosas tarefas, entre as quais se destacam:

a) atendimento a 5.131 solicitações relativas a obras, manutenção e reparo de bens móveis, manutenção de instalações elétricas e sanitárias e assistência técnica a equipamento;

b) adaptação do sistema de captação de águas pluviais, na Divisão de Oficina Mecânica, para separar a água de todos os produtos químicos e derivados do petróleo, conforme exigência legal;

c) contratação de serviços de manutenção e fornecimento de peças para maior segurança dos equipamentos relativos aos sistemas de detecção e prevenção de incêndios;

d) instalação de 76 novos pontos telefônicos.

### 3.4. SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Em 1993, o Orçamento Geral da União (lei nº 8.652/93) consignou ao Tribunal recursos da ordem de CR\$ 6.228.655.637,00 (seis bilhões, duzentos e vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e trinta e sete cruzeiros reais), aos quais se agregaram CR\$ 2.828.046.000,00 (dois bilhões, oitocentos e vinte e oito milhões e quarenta e seis mil cruzeiros reais), decorrentes de créditos suplementares concedidos pela reserva de contingência, perfazendo um

total de CR\$ 9.056.701.637,00(nove bilhões, cinquenta e seis milhões, setecentos e um mil, seiscentos e trinta e sete cruzeiros reais), incluídos neste montante os Encargos Previdenciários da União, dos quais 96,53% foram efetivamente aplicados, tendo sido revertido ao Tesouro Nacional o saldo de CR\$ 314.324.232,92 (trezentos e quatorze milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros reais e noventa e dois centavos), equivalente a 3,47% do total de recursos destinados ao Superior Tribunal de Justiça no exercício em referência.

#### 4. SAÚDE

A Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, entre as atividades que lhe são afetas, elaborou e instituiu o Projeto do Exame Periódico de Saúde junto aos servidores do PRÓ-SER e da própria unidade.

Seguindo a linha da medicina preventiva, o projeto, em fase experimental, visa ao mapeamento das patologias com maior incidência no Tribunal e, conseqüentemente, a diminuição de despesas com tratamento médico e a melhoria da qualidade de vida dos servidores.

Nesse mesmo sentido, foi distribuído o informativo mensal "Saúde para Todos", além de proferidas palestras voltadas para o esclarecimento de aspectos relevantes da saúde física e mental e de sua natural interligação.

Em relação ao ano anterior, houve crescimento de cerca de 15% no atendimento ambulatorial, nas especialidades de clínica geral, ginecologia, pediatria, cardiologia, bem como odontologia e psicologia.

A SESIS continuou a prestar importante colaboração à

---

Secretaria de Recursos Humanos, na análise de currículos e na escolha dos profissionais de saúde a serem conveniados junto ao PRÓ-SER.

Coube, ainda, à área de Saúde a liberação dos procedimentos clínicos, nas diversas especialidades, além da elaboração de minutas de contrato, contendo cláusulas referentes ao atendimento odontológico.

## 5. RECURSOS HUMANOS

As atividades desenvolvidas pela Secretaria de Recursos Humanos foram centradas no Plano de Ação definido para o período e estiveram sob a responsabilidade das Subsecretarias de Pessoal e de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

### 5.1. ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Os trabalhos realizados pelo STJ, áreas meio e fim, estiveram a cargo de uma força de trabalho de 1.622 pessoas, das quais 32 ministros, 1.441 servidores do próprio quadro, 99 requisitados de diversos órgãos públicos, 37 ocupantes de cargos em comissão de investidura originária e 13 estagiários procedentes de instituições federais de ensino, acarretando gastos com pessoal num total de CR\$ 3.801.837.061,82 (três bilhões, oitocentos e um milhões, oitocentos e trinta e sete mil, sessenta e um cruzeiros reais e oitenta e dois centavos), aí incluídos 150 servidores cedidos, com ônus total ou parcial para a origem.

No ano de 1993, ingressaram no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal, por nomeação, 134 servidores e dele se

afastaram 68, sendo 8 em virtude de exoneração a pedido, 2 por falecimento, 38 em razão de aposentadoria e 20 por declaração de vacância, registrando-se, ainda, ao término do exercício, 15 cessões e 16 requisições.

Nas épocas regulamentares, realizaram-se as promoções ordinárias, beneficiando, com movimentação de padrão dentro da mesma classe, ou mudança de classe no âmbito da mesma categoria, um total de 392 servidores.

Realizaram-se, também, movimentações extraordinárias, de acordo com os §§ 1º a 3º do art. 27 do Ato Regulamentar nº 1/91, beneficiando, com um padrão, aqueles servidores.

Quanto às melhorias funcionais, o ano de 1993 ficou marcado pelo fato de que as mesmas passaram a ser pagas no próprio mês da concessão, concretizando-se, mais uma vez, a meta da Secretaria de Recursos Humanos de prestar serviço de qualidade a seus clientes, os servidores.

A assistência à saúde continua a ser prestada aos servidores, de forma direta, pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde e, de forma indireta, pelo Pró-Ser - Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça, mediante credenciamento de profissionais e instituições, na forma autorizada pela Lei 8.112/90, art. 230.

O Programa abriga 5.931 beneficiários cadastrados até dezembro, dos quais 1.823 são titulares e 4.108, dependentes, cobrindo 81% do total dos servidores ativos e inativos do STJ, numa proporção de 2 dependentes por titular.

Além da assistência médico-hospitalar e ambulatorial, já



---

em pleno funcionamento, o Pró-Ser implantou, em junho, o Programa de Assistência Odontológica com várias especialidades.

Os benefícios sociais de vale-refeição, vale-transporte e auxílio-creche foram concedidos de acordo com a legislação em vigor.

Custeados com recursos do próprio servidor, oriundos da contribuição de 2% sobre a respectiva remuneração, foram implantados os Programas de Assistência Psicopedagógica em maio, de Assistência Farmacêutica em novembro e de Assistência Funeral em dezembro.

Em julho, o Pró-Ser passou a contar com um serviço de auditoria médica, realizado por médico auditor, nas diversas fases da assistência à saúde dos servidores.

No exercício relatado, foram expedidas 31.366 guias, das quais 28.399 referentes à assistência médico-hospitalar e 2.967 à assistência odontológica.

No campo dos direitos e vantagens concedidos, de acordo com a legislação em vigor, em 1993 foram autuados 718 processos e 1.300 tramitaram pelas unidades integrantes da Secretaria.

De acordo com a Resolução nº 58/92, foram recadastrados todos os pensionistas do STJ.

Sob a coordenação da Assessoria Especial da Presidência e com a participação de servidores da SRH, foi desenvolvido, em todas as Unidades da Subsecretaria de Pessoal, Projeto de Racionalização Administrativa, no âmbito do qual foram levantadas todas as rotinas pertinentes às atividades executadas e às condições de trabalho, assim como desenhados os fluxogramas respectivos, gerando *check-list* para verificação de procedimentos, legais e operacionais, na execução dos trabalhos.

## 5.2. DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A área de planejamento e política de recursos humanos executou as seguintes tarefas:

- a) elaboração do Plano de Capacitação para o biênio 94/95;
- b) operacionalização do Sistema de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório;
- c) elaboração do novo Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional;
- d) edição do Programa de Desenvolvimento Gerencial-PDG;
- e) finalização do Projeto da Tabela de Lotação de Pessoal;
- f) edição e publicação, em 18.06.93, do "Manual de Descrição e Especificação de Cargos", através do Ato nº 111, com distribuição a todas as unidades, até o nível de divisão, e encaminhamento a diversos órgãos públicos.

No que tange à área de seleção, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, realizaram-se 138 eventos de capacitação com a participação de 1.271 servidores, tendo sido empregado o montante de CR\$ 12.006.371,33 (doze milhões, seis mil, trezentos e setenta e um cruzeiros reais e trinta e três centavos).

Além dos eventos relatados, a SDRH deu continuidade ao Programa de Ensino Supletivo, o qual, tendo encerrado a fase de alfabetização, foi estendido para a fase III (5ª a 8ª série), alcançando um total de 56 servidores.

## 6. CONTROLE INTERNO

A unidade, no desempenho das atribuições que lhe são peculiares, relativas ao assessoramento à Administração Superior, no sentido de examinar, previamente, a documentação suporte das operações realizadas pelo Tribunal, analisou 3.122 documentos referentes às despesas com pessoal, 712 processos de licitações, contratos e despesas diversas e emitiu 170 pareceres.

Vale ressaltar a subordinação da Secretaria de Controle Interno, com nova estrutura, diretamente ao Gabinete da Presidência, através da Resolução nº 18, de 29 de outubro de 1993, com o objetivo de facilitar o atendimento aos Órgãos de fiscalização, em especial o Tribunal de Contas da União.

Para tanto, auxiliou o controle externo, na forma constitucional, acompanhando e atendendo às diligências do TCU no que se refere à verificação e registro dos atos de admissão e dispensa de servidores, exercendo, ainda, o controle dos atos de aposentadoria e pensão, constatando a exatidão e suficiência dos dados apresentados, bem como a legalidade desses e de conseqüente despesa.

Coube à Divisão de Contabilização e Controle coordenar o ciclo de Palestras e Debates, envolvendo a SOFIN, a SUMAP e a SUSEP, a fim de atualizar o "Manual de Classificação de Despesa", utilizado por esta Corte, em razão das mudanças efetuadas no Plano de Contas da União.

## VIII - PLANEJAMENTO

Merecerá especial atenção, no período em referência, a viabilização do direito de carreira conferido aos servidores do Poder

Judiciário, a ser consubstanciado no "Plano de Carreira ", bem como a compatibilização das atuais realidades de trabalho e das futuras instalações do Tribunal, através do desenvolvimento do "Projeto Nova Sede".

## **IX - ENCERRAMENTO**

Senhores Ministros,

Quero, neste momento, expressar os meus agradecimentos pela inestimável colaboração e compreensão dos meus pares, os quais me confiaram a difícil tarefa de administrar a Casa, ao lado do expressivo esforço despendido com a finalidade de se obterem os melhores resultados na prestação jurisdicional, que tanto enobrece esta Corte.

Nesta oportunidade, realço, também, a atuação dos dirigentes, assessores e demais funcionários, que, com dedicação e desvelo, executaram suas tarefas nem sempre identificadas, mas, certamente, todas importantes para os bons resultados obtidos.

A todos, pois, os meus agradecimentos.

Brasília, 1º de fevereiro de 1994.

**Ministro WILLIAM PATTERSON  
PRESIDENTE**

**ANEXO - ESTATÍSTICA DAS ATIVIDADES JUDICANTES****1 - PROCESSOS AUTUADOS, DISTRIBUÍDOS E JULGADOS - ANO: 1993**

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
PROCESSOS AUTUADOS	35.790
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	33.336
PROCESSOS REGISTRADOS	1.318
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS	35.105
JULGADOS EM SESSÃO	17.867
DECIDIDOS POR DESPACHOS	17.238
RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	1.553
ADMITIDOS	105
DENEGADOS	1.448
ACÓRDÃOS PUBLICADOS	17.148

## 2 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, ATRIBUÍDOS E REDISTRIBUÍDOS, POR RELATOR E ÓRGÃO JUDICANTE - ANO: 1993

RELATOR	ÓRGÃO JUDICANTE								PROCESSOS			
	CORTE ESP	SEÇÕES	1a.T	2a.T	3a.T	4a.T	5a.T	6a.T	TOTAL DISTRIB	TOTAL ATRIB	TOTAL REDIST*	TOTAL
W. PATTERSON*	3								3		-3	
B. DE SOUZA**	9								9			9
D. TRINDADE***	7								7		-26	-19
SUBTOTAL	19								19		-29	-10
A. LUZ	10	1		1105					1116		-110	1006
PÁDUA RIBEIRO	10	103		1022					1135	1	19	1155
J. DE JESUS	15	113		1038					1166		-23	1143
G. VIEIRA		101	1022						1123		-24	1099
H. MOSIMANN	10	106		1021					1137	1	15	1153
P. MARTINS	11	106		1020					1137	6	27	1170
D. REINALDO	8	98	1052						1158	2	-20	1140
G. DE BARROS	9	101	1033						1143	15	-19	1139
M. PEREIRA	7	95	1052						1154	103	-37	1220
C. ROCHA	7	102	1013						1122	203	-39	1286
P. ACIOLI											-194	-194
V. CERNICCHIARO											-2	-2
SUBTOTAL	87	926	5172	5206					11391	331	-407	11315
N. NAVES	12				988				1000			1000
T. BRAZ****	6	20				459			485	1201	-4	1682
C. LEITE***** (b)	10	24			542				576	57	-82	551
E. RIBEIRO	14	36			968				1018		6	1024
A. CARNEIRO (c)		23				561			584		3	587
W. ZVEITER		27			942				969		8	977
F. DE ALENCAR	3	35				950			988		-2	986
C. SANTOS	4	32			973				1009		-3	1006
S. DE FIGUEIREDO	6	33				962			1001		-17	984
B. MONTEIRO	5	35				962			1002		-3	999
B. DE SOUZA	1	14				376			391		-1199	-808
D. TRINDADE***#	5	24			381	355			765		-24	741
SUBTOTAL	66	303			4794	4625			9788	1258	-1317	9729
F. SCARTEZZINI	13	157					875		1045		-29	1016
J. DANTAS	12	374					874		1260		27	1287
J. CÂNDIDO	15	244						865	1124	57	26	1207
P. ACIOLI	11	385						910	1306		14	1320
C. LIMA	13	376					899		1288		14	1302
A. TOLEDO	10	371					879		1260		30	1290
E. VIDIGAL	13	379					871		1263		4	1267
V. CERNICCHIARO		376						874	1250		23	1273
A. MACIEL	8	377						855	1240	9	22	1271
A. SANTIAGO	5	318						779	1102	83	11	1196
SUBTOTAL	100	3357					4398	4283	12138	149	142	12429
TOTAL	272	4586	5172	5206	4794	4625	4398	4283	33336	1738	-1611	33463

\* Pres. do STJ a partir do dia 23/06/93

\*\*\*\* Pres. do STJ até o dia 23/06/93

\*\* Vice-Presidente a partir do dia 23/06/93

\*\*\*\*\* Coordenador-Geral até o dia 23/06/93

\*\*\* Coordenador-Geral a partir do dia 23/06/93

# ER 03/93

(b) Licença Médica - Período: 04/10/93 a 11/11/93 (c) Ministro aposentado em 28/10/93

. Contabilizados todos os processos Redistribuídos, Baseados por Redistribuição e Atribuição.

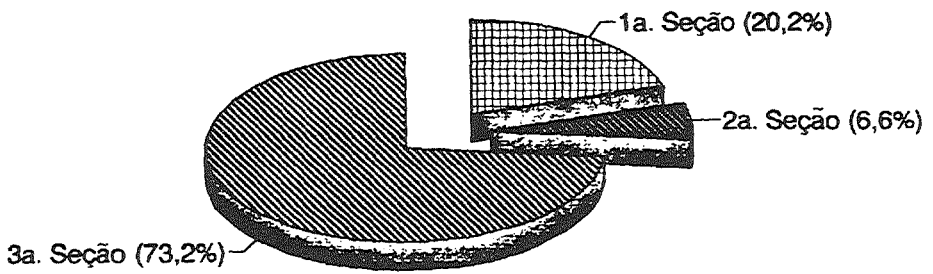
Obs.: Dos 33.463 demonstrados na coluna de total geral, 127 processos referem-se às habas por sucessão de Ministros que já não fazem parte do Corpo de Magistrados desta Corte (33.463 - 127 = 33.336) (vide quadro seguinte).

**3 - ANEXO AO DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO ANUAL (Quadro anterior) - ANO: 1993**

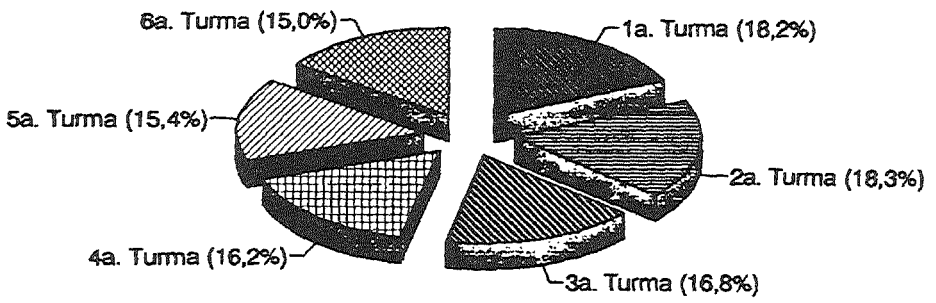
MINISTROS	DISTRIBUÍDOS	ATRIBUÍDOS	BAIXAS POR SUCESSÃO	TOTAL
G. SOBRAL			98	-98
A. ROLEMBERG			15	-15
I. GALVÃO			1	-1
C. VELLOSO			6	-6
M. FERRANTE			1	-1
G. LEITE			4	-4
C. THIBAU			2	-2
W. BOLÍVAR				
TOTAL			127	-127

OBS.: Ministros que não participam mais do quadro do Superior Tribunal de Justiça.

**4 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS PARA AS SEÇÕES - ANO: 1993**





**5 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS PARA AS TURMAS - ANO: 1993**

## 6 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, POR CLASSE DE FEITOS - ANO: 1993

CLASSE DE FEITO	MS	CC	EREsp	Ag	AR	HC	RvCr	MI	HD	Pet	Rcl	Ex	APn	Inq	IF	Cat	Rp	Ex	EAg	CO	AC	TOTAL
MESES	RMS		REsp		EAR	RHC						Verd						Susp			EA	
JANEIRO	254	67	439	848	3	89	1			8	3	1		2			2					1715
FEVEREIRO	325	211	828	939	3	113			1	8	2			2								2432
MARÇO	271	180	1246	2160	6	149				15	2			5			2				1	4037
ABRIL	303	276	1005	1114	2	124				21	2		2	5	1	1	1				1	2658
MAIO	131	152	530	813	1	89		1		11	3		2	4			1					1738
JUNHO	237	195	560	898	6	137	1			26	7		2	3								2072
JULHO	152	222	1228	1640	2	119	6	2		13	3		1	2	3		1					3394
AGOSTO	143	294	978	1493	4	131		1		25	3		6	1		3	1					3083
SETEMBRO	277	369	1012	1322	5	165	1	2		22	5		1	5			2	1			2	3191
OUTUBRO	212	352	946	1102	6	156	3			14	8	1		7			2					2809
NOVEMBRO	212	425	1152	1289	6	167	4	1		23	3		1				1	1		1		3286
DEZEMBRO	127	316	988	1142	11	106				17	11			2			1					2721
TOTAL DO ANO	2644	3059	10912	14758	55	1545	16	7	1	203	52	2	15	38	4	4	14	2		1	4	33336

**7- PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, ATRIBUÍDOS JULGADOS E REMANESCENTES DE PROCESSOS A SEREM JULGADOS, POR MÊS - ANO: 1993**

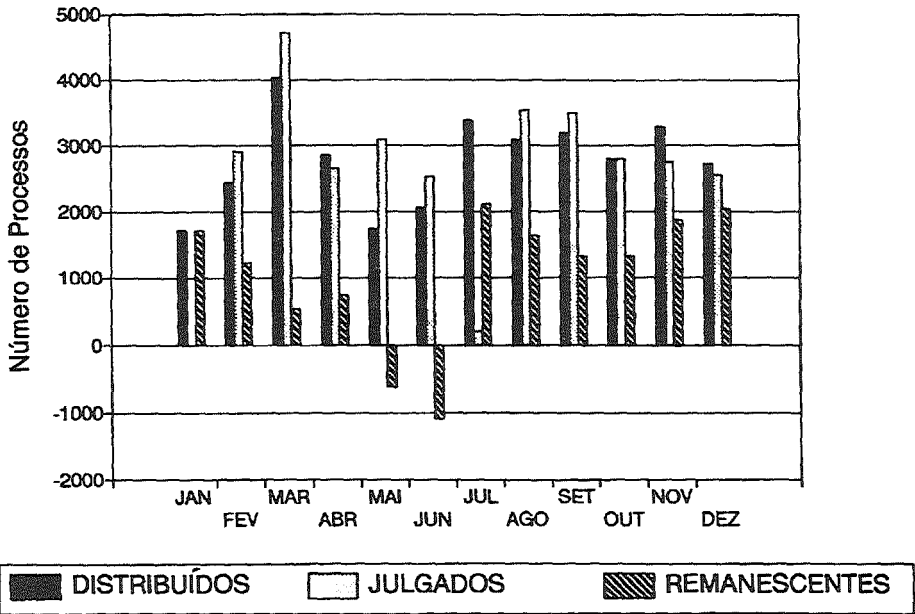
PROCESSOS MÊS	REMANESC. DO MÊS ANTERIOR	DISTRIB.	SUBTOTAL	JULGADOS EM SESSÕES E POR DESP.	REMANESC. A SEREM JULGADOS
JANEIRO		1.715	1.715		1.715
FEVEREIRO	1.715	2.432	4.147	2.916	1.231
MARÇO	1.231	4.037	5.268	4.729	539
ABRIL	539	2.858	3.397	2.664	733
MAIO	733	1.738	2.471	3.094	- 623
JUNHO	-623	2.072	1.449	2.533	-1.084
JULHO	-1.084	3.394	2.310	206	2.104
AGOSTO	2.104	3.083	5.187	3.541	1.646
SETEMBRO	1.646	3.191	4.837	3.508	1.329
OUTUBRO	1.329	2.809	4.138	2.803	1.335
NOVEMBRO	1.335	3.286	4.621	2.746	1.875
DEZEMBRO	1.875	2.721	4.596	2.555	2.041
TOTAL		33.336		31.295	2.041

OBS.: I - Foram distribuídos, no ano de 1993, até 17 de dezembro, 33.336 processos e julgados 31.295, remanescendo 2.041.

II - Total geral de julgados: 35.105.

III - No total de julgados acima mencionados, não estão incluídos os 2.372 Agravos Regimentais e os 1.438 Embargos de Declaração (totalizando 3.810 feitos), em virtude de serem contados apenas os processos distribuídos ( $31.295 + 3.810 = 35.105$  processos julgados).

## 8- PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E REMANESCENTES, POR MÊS - ANO: 1993



OBS.: Nos julgados não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, totalizando 3.810 feitos no período de janeiro a dezembro/93.

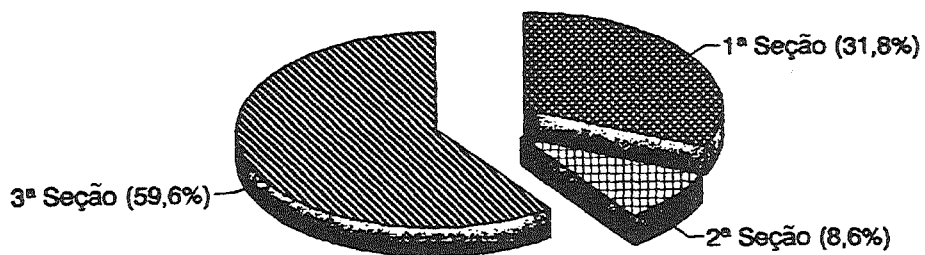
## 9 - PROCESSOS JULGADOS, POR RELATOR E ÓRGÃO JUDICANTE - ANO: 1993

RELATOR	CORTE ESP	SEÇÕES	1a.T	2a.T	3a.T	4a.T	5a.T	6a.T	DESP	TOTAL
WILLIAM PATTERSON*	4									4
BUENO DE SOUZA**	4	12				115			424	555
DIAS TRINDADE***	4	16			193				254	467
SUBTOTAL	12	28			193	115			678	1026
				PRIMEIRA SEÇÃO						
AMÉRICO LUZ	1	4		640					642	1287
PÁDUA RIBEIRO	3	103		659					707	1472
JOSÉ DE JESUS	5	139		631					746	1521
GARCIA VIEIRA	1	127	732						586	1446
HELJO MOSIMANN	1	129		509					786	1425
PEÇANHA MARTINS	2	131		673					1195	2001
DEMÓCRITO REINALDO	1	117	634						699	1451
GOMES DE BARROS	3	104	668						984	1759
MILTON PEREIRA		115	638						880	1633
CESAR ROCHA	4	117	949						972	2042
PEDRO ACIOLI		1								1
SUBTOTAL	21	1087	3621	3112					8197	16038
				SEGUNDA SEÇÃO						
NILSON NAVES	6	16			320				546	888
TORREÃO BRAZ****	1	11				153			412	577
COSTA LEITE***** (b)	5	18			95				90	206
EDUARDO RIBEIRO	5	31			341				506	883
ATHOS CARNEIRO (c)	1	22				135			277	435
WALDEMAR ZVEITER	2	22			339				477	840
FONTES DE ALENCAR	1	29				239			627	896
CLÁUDIO SANTOS	1	29			312				616	958
SÁLVIO DE FIGUEIREDO	2	36				288			693	1019
BARROS MONTEIRO	5	30				287			700	1022
DIAS TRINDADE (a)		14				271			326	611
SUBTOTAL	29	258			1407	1373			5270	8337
				TERCEIRA SEÇÃO						
FLAQUER SCARTEZZINI	2	105					378		316	801
JOSÉ DANTAS	6	275					482		391	1154
JOSÉ CÂNDIDO	3	111						481	213	808
PEDRO ACIOLI	3	238						486	323	1050
COSTA LIMA	7	260					485		385	1137
ASSIS TOLEDO	3	244					473		269	989
EDSON VIDIGAL	3	205					442		330	980
VICENTE CERNICHIARO		237						663	354	1254
ADHEMAR MACIEL	2	223						478	254	957
ANSELMO SANTIAGO		143						173	260	576
SUBTOTAL	29	2041					2260	2281	3095	9706
TOTAL	91	3414	3621	3112	1600	1488	2260	2281	17240	35107

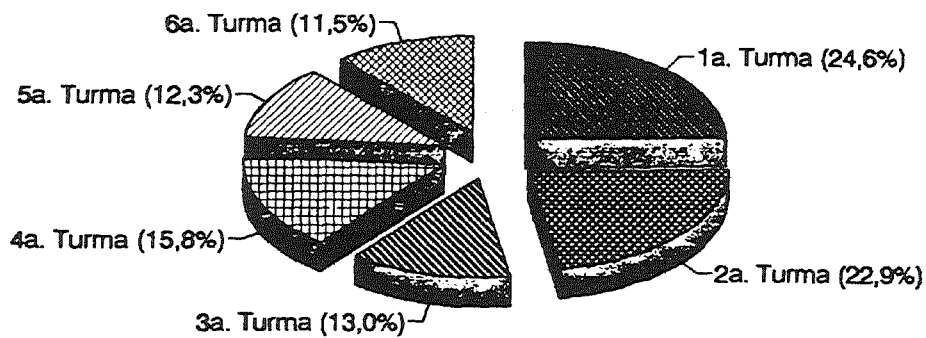
\* Pres. do STJ a partir do dia 23/06/93  
 \*\* Vice-Presidente a partir do dia 23/06/93  
 \*\*\* Coordenador-Geral a partir do dia 23/06/93  
 \*\*\*\* Pres. do STJ até o dia 23/06/93  
 \*\*\*\*\* Coordenador-Geral até o dia 23/06/93

(a) Processos do Relator Exmo. Sr. Min. Athos Carneiro, julgados pelo Exmo. Sr. Min. Dias Trindade (EH 03/93)  
 (b) Licença Médica - Período: 04/10/93 a 11/11/93  
 (c) Ministro aposentado em 28/10/93

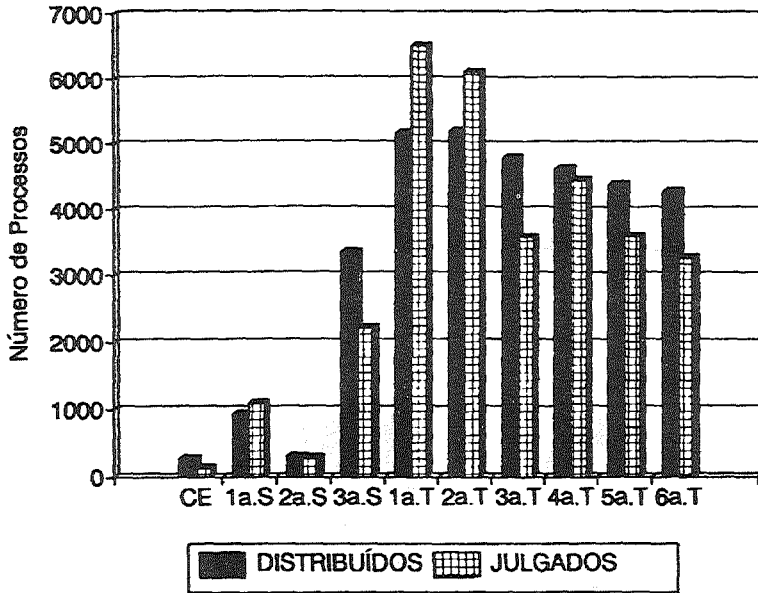
### 10 - PROCESSOS JULGADOS NAS SEÇÕES - ANO: 1993



OBS.: Estão incluídos os processos decididos por despachos.

**11 - PROCESSOS JULGADOS NAS TURMAS - ANO: 1993**

OBS.: Estão incluídos os processos decididos por despachos.

**12 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS NA CORTE ESPECIAL,  
SEÇÕES E TURMAS - ANO: 1993**

OBS.: Estão incluídos os processos decididos por despachos.

Nos Julgados acima mencionados não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, totalizando 3.810 feitos.



## 13- PROCESSOS JULGADOS, POR RELATOR E CLASSE DE FEITOS - ANO: 1993

CLASSE DE FEITOS RELATOR	MS RMS	CC	EReap REap	Ag	EAR AR	Edcl	AgRg	HC RHC	RvCr	MI	HD	Pet	Rel	Ex Verd	Rp	Inq	CAI	EAC	APn	IF	TOTAL
W. PATTERSON*							3						1								4
B. DE SOUZA**	16	9	95	402		7	20					2		2			1		1		555
J. DANTAS	177	188	247	294	1	38	37	162	3	1	1	4				4				1	1154
T. BRAZ****	3	10	98	399	6	8	52					1			1		1				577
J. CÂNDIDO	85	96	266	165		10	27	149	1			5	1		1				2		808
P. ACIÓLI	153	160	268	220	1	45	48	150	2			1	1		1	1					1051
A. LUZ	47		449	579		78	135					1									1287
PADUA RIBEIRO	88	68	545	544	4	57	155					2	4	1					4		1472
F. SCARTEZZINI	102	39	195	262		14	21	164				4									801
C. LIMA	181	152	244	318	1	16	36	178				3	1		1	4			1	3	1137
C. LEITE***** (b)	9	12	77	74		13	12					5	3				1		2		208
N. NAVES	16	10	229	532		33	58					7	1			3					888
E. RIBEIRO	20	20	241	482	1	35	75					2	2			1	1		3		883
D. TRINDADE***	21	9	159	232	1	13	22			1		1	3		1	2			2		467
J. DE JESUS	67	90	569	495	5	105	172			1		7	2	1	3	3			1		1521
A. TOLEDO	148	152	250	211		34	21	158	3			8	1		1	1				1	989
E. VIDIGAL	87	184	263	270		10	10	160	3			7	3			2			1		990
G. VIEIRA	76	77	546	563	4	103	70					5	2								1446
A. CARNEIRO (c)	11	16	104	252		9	41					2									435
V. CERNICCHIARO	173	150	359	290		65	50	160	2			4	1								1254
W. ZVEITER	18	18	213	478		32	77					3	2			1					840
F. ALENCAR	18	23	164	596		10	80					4				1					896
C. SANTOS	22	25	175	600	1	50	80					3		1				1			958
S. FIGUEIREDO	21	25	193	654	2	30	83					4	3			1	2			1	1019
B. MONTEIRO	19	24	214	678	1	16	69					3									1022
H. MOSIMANN	73	76	390	728		63	88					3	2		1				1		1425
P. MARTINS	59	98	544	1094	5	65	125						11								2001
D. REINALDO	52	80	430	620	2	141	121			1			2			1	1				1451
G. DE BARROS	54	89	517	830	3	125	135				2	1	1		1		1				1759
M. PEREIRA	80	74	472	776	2	81	143					1	2						2		1633
C. ROCHA	89	71	671	901	3	81	214					7	2			1		1	1		2042
A. MACIEL	138	142	285	240		24	32	114				1	1	1						1	957
A. SANTIAGO	74	122	92	172	1	5	12	93	1			2	1								576
D. TRINDADE****	12	11	204	308		28	48					1						1			611
TOTAL	2208	2298	9748	15253	44	1438	2372	1486	15	4	3	104	53	6	11	28	10	2	21	7	35107

\* Pres. do STJ a partir do dia 23/06/93

\*\* Vice-Presidente a partir do dia 25/06/93

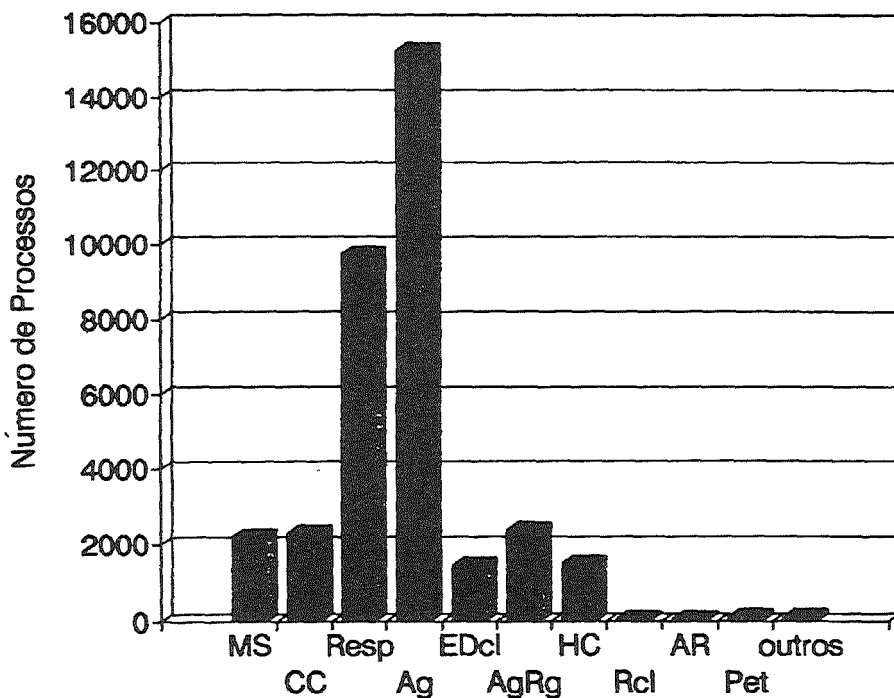
\*\*\* Coordenador-Geral a partir do dia 23/06/93 # EF 03/93

(b) Licença Médica - Período: 04/10/93 a 11/11/93 (c) Ministro aposentado em 28/10/93

\*\*\*\* Pres. do STJ até o dia 23/06/93

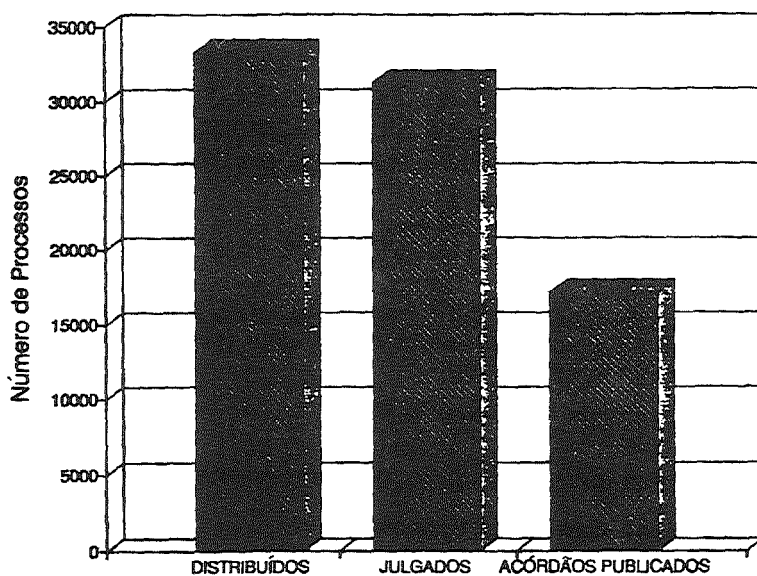
\*\*\*\*\* Coordenador-Geral até o dia 23/06/93

### 14 - PROCESSOS JULGADOS, POR CLASSE DE FEITOS - ANO: 1993



OUTROS					
RvCr	15	CAt	10	Rp	11
MI	4	IF	6	Inq	26
HD	4	EAC	2		
ExVerd	6	APn	21		

OBS.: No gráfico acima estão representados os processos julgados em todos os Órgãos Judicantes.

**15 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS E ACÓRDÃOS PUBLICADOS - ANO: 1993**

OBS.: Nos processos julgados não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 3.810 feitos.

**16 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS, POR MÊS E ANO, NO PERÍODO DE 07/04/89 (CRIAÇÃO DO STJ) A 17/12/93**

MESES	1989		1990		1991		1992		1993		TOTAL GERAL	
	DISTRIB	JULG	DISTRIB	JULG	DISTRIB	JULG	DISTRIB	JULG	DISTRIB	JULG	DISTRIB	JULG
JANEIRO			817		1325		2415	90	1715		8272	90
FEVEREIRO			587	764	1506	1480	3635	2895	2432	3201	8180	8310
MARÇO			826	974	1736	1549	1529	2621	4037	5096	8228	10240
ABRIL			1256	974	2426	2155	2270	2035	2858	2938	8810	8102
MAIO			1209	1185	2549	2273	3265	2698	1738	3468	8761	8814
JUNHO	1515*	258*	1045	895	2057	2130	4203	3835	2072	2992	10892	10210
JULHO	283		1059		1350		2715	200	3394	210	8901	410
AGOSTO	757	710	1412	1598	2179	2360	2478	3893	3063	3868	8908	12529
SETEMBRO	1246	661	1497	1205	1947	1892	3135	3693	3191	3987	11018	11438
OUTUBRO	941	768	1765	1555	2235	1995	2867	3495	2809	3263	10817	11078
NOVEMBRO	808	713	1487	1282	1893	1765	3196	3622	3286	3183	10770	10565
DEZEMBRO	553	601	1027	1210	2065	1668	2164	2311	2721	2877	8530	8868
<b>TOTAL</b>	<b>6103</b>	<b>3711</b>	<b>14087</b>	<b>11742</b>	<b>23368</b>	<b>19267</b>	<b>33872</b>	<b>31428</b>	<b>33336</b>	<b>35103</b>	<b>110766</b>	<b>101253</b>

TOTAL DE DISTRIBUÍDOS NO PERÍODO: 110.766  
 TOTAL DE JULGADOS NO PERÍODO: 101.253

OBS: No total de julgados acima mencionado, estão incluídos 181 Agravos Regimentais e 143 Embargos de Declaração, em número de 324 feitos, referentes ao mês de dezembro, totalizando 9.379 no período.

\* Processos referentes ao período de abril a junho/89.

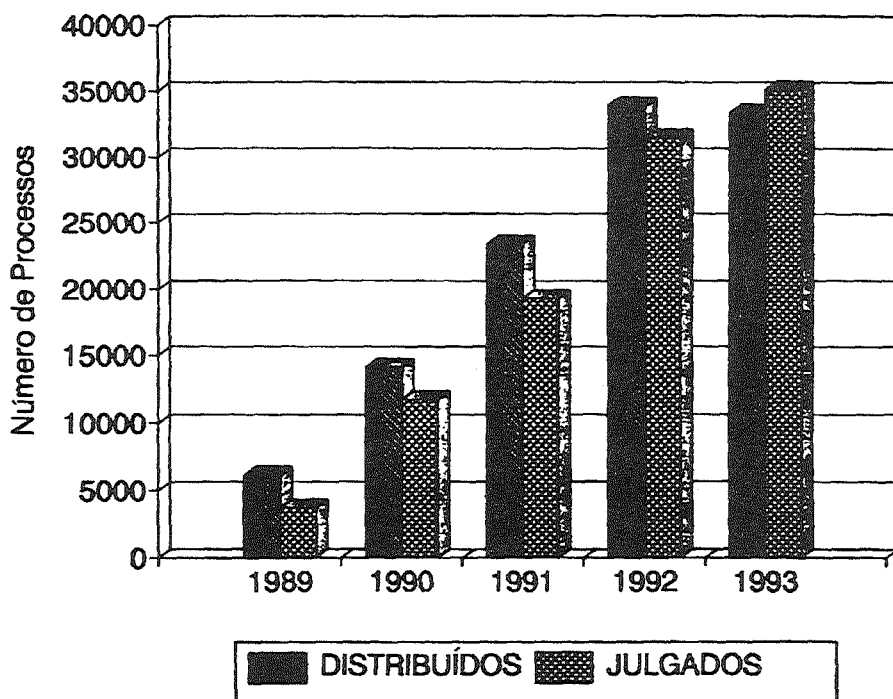
**RECURSOS JULGADOS DE DECISÕES PROFERIDAS NO STJ POR ANO**

**Embargos de Declaração e Agravos Regimentais**

ANO	EDcl	AgPg	TOTAL
1989	71	90	161
1990	406	507	913
1991	601	1138	1740
1992	829	1926	2755
1993	1438	2372	3810
<b>TOTAL</b>	<b>3345</b>	<b>6034</b>	<b>9379</b>

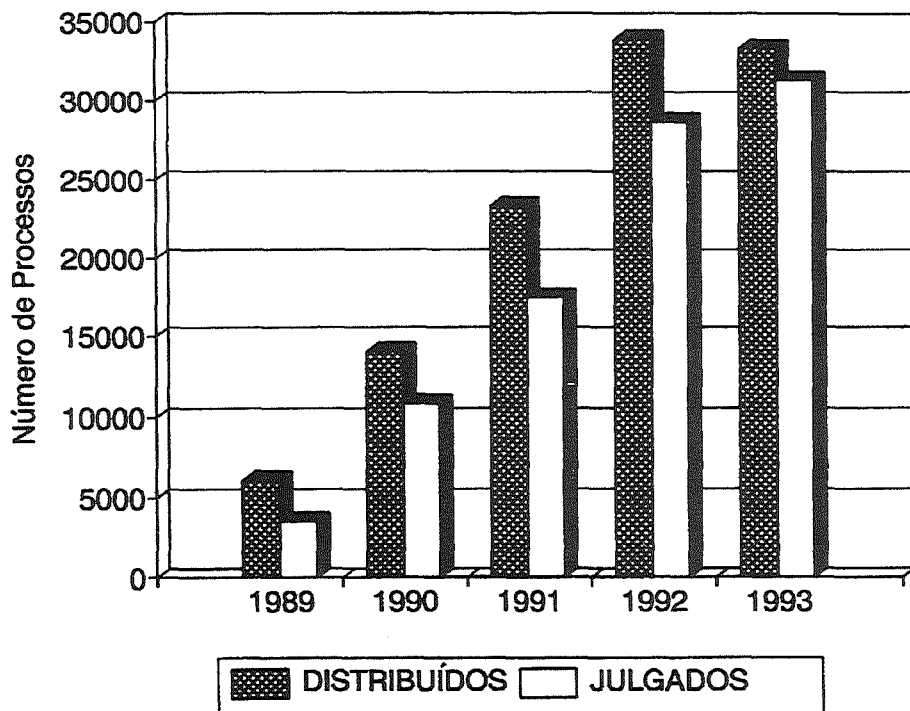
OBS: Nos processos julgados não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 3.810 feitos.

**17 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS, POR ANO, NO PERÍODO DE 07/04/89 (CRIAÇÃO DO STJ) A 17/12/93 - CRESCIMENTO**



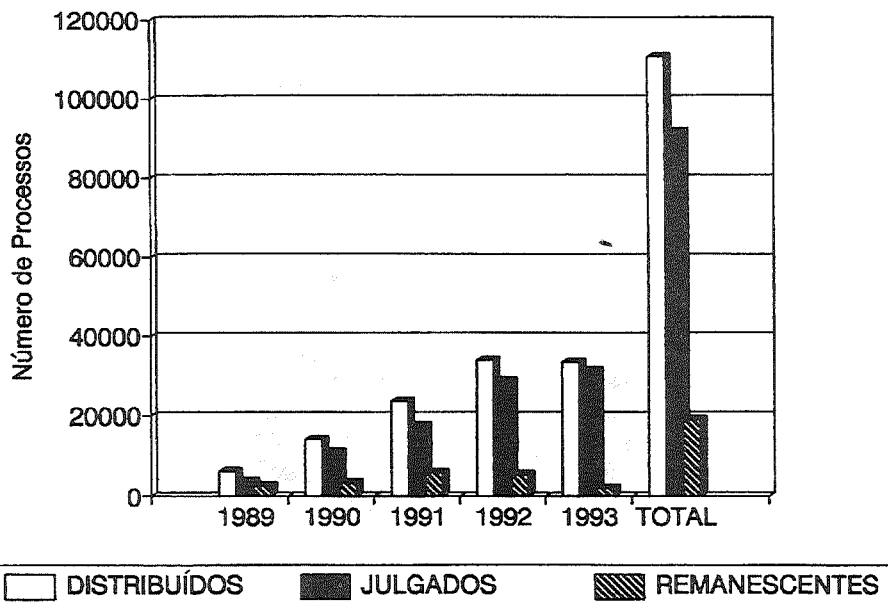
OBS.: No total de julgados estão incluídos 9.379 feitos referentes a Agravos Regimentais e Embargos de Declaração.

18- PROCESSOS JULGADOS, POR ANO, NO PERÍODO DE 07/04/94  
(CRIAÇÃO DO STJ) A 17/12/94 - CRESCIMENTO



OBS.: No gráfico acima estão incluídos os processos julgados em sessão e decididos por despachos, excetuando-se os AgRg e Edcl, em número de 9.379 feitos.

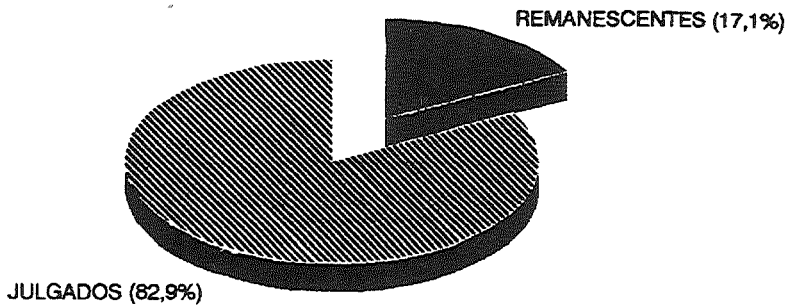
**19 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E REMANESCENTES, POR ANO, NO PERÍODO DE 07/04/89 (CRIAÇÃO DO STJ) A 17/12/93**



ANO	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	REMANESCENTES
1989	6103	3550	2553
1990	14087	10829	3258
1991	23368	17527	5841
1992	33872	28673	5199
1993	33336	31295	2041
TOTAL	110766	91874	18892

OBS.: Nos 91.874 julgados acima mencionados não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 9.379.

**20 - PROCESSOS JULGADOS E REMANESCENTES NO PERÍODO DE 07/04/89  
(CRIAÇÃO DO STJ) A 17/12/93**



DISTRIBUÍDOS	110.766 PROCESSOS
JULGADOS	91.874 PROCESSOS
REMANESCENTES	18.892 PROCESSOS

OBS: Nos Julgados não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 9.379 feitos.



---

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

I - Introdução .....	05
II - Composição do Tribunal .....	08
1. Composição dos Órgãos Judicantes .....	08
2. Composição das Comissões .....	15
2.1. Comissões Permanentes .....	15
2.2. Comissão Especial de Obras .....	16
2.3. Comissão Temporária .....	16
III - Atividades Judicantes .....	17
IV - Trabalhos Extrajurisdicionais .....	18
1. Eleições .....	18
2. Indicações .....	19
3. Posse de Ministros .....	19
4. Afastamentos Regimentais - Licenças .....	20
5. Homenagens .....	21
6. Outros Eventos Consignados em Ata .....	22
V - Relações com os Poderes Públicos e Autoridades .....	22

VI - Jurisprudência do Tribunal.....	26
1. Revista.....	26
2. Súmulas.....	27
3. Banco de Dados.....	27
VII - Atividades-Meio.....	28
1. Informática.....	29
1.1. Projeto de Telemática.....	29
1.2. Projeto Piloto de Implantação de Rede Local.....	30
1.3. Projeto Justiça - Informações Judiciais Integradas.....	30
1.4. Projeto de Definição do Ambiente Tecnológico.....	31
1.5. Projeto de Gestão de Recursos Humanos.....	31
1.6. Expansão da Rede de Usuários do STJ.....	32
1.7. Reestruturação da Área de Informática.....	33
1.8. Concurso Público para a Área de Informática.....	33
2. Documentação.....	34
2.1. Arquivo-Geral.....	34
2.2. Museu.....	35
2.3. Biblioteca.....	35
3. Atividades Administrativas.....	36
3.1. Subsecretaria de Material e Patrimônio.....	36

---

3.2. Subsecretaria de Segurança e Transporte.....	38
3.3. Subsecretaria de Comunicação e Administração de Edifícios .....	39
3.4. Subsecretaria de Orçamento e Finanças .....	39
4. Saúde.....	40
5. Recursos Humanos .....	41
5.1. Administração de Pessoal.....	41
5.2. Desenvolvimento de Recursos Humanos .....	44
6. Controle Interno .....	45
VIII - Planejamento .....	45
IX - Encerramento .....	46
ANEXO - Estatística das Atividades Judicantes .....	47
1. Processos Autuados, Distribuídos e Julgados .....	47
2. Processos Distribuídos, Atribuídos e Redistribuídos, por Relator e Órgão Judicante.....	48
3. Anexo ao Demonstrativo de Distribuição Anual .....	49
4. Processos Distribuídos para as Seções.....	50
5. Processos Distribuídos para as Turmas.....	51
6. Processos Distribuídos, por Classe de Feitos .....	52

7. Processos Distribuídos, Atribuídos, Julgados e Remanescentes de Processos a Serem Julgados, por Mês .....	53
8. Processos Distribuídos, Julgados e Remanescentes, por Mês .....	54
9. Processos Julgados, por Relator e Órgão Judicante .....	55
10. Processos Julgados nas Seções.....	56
11. Processos Julgados nas Turmas.....	57
12. Processos Distribuídos e Julgados na Corte Especial, Seções e Turmas .....	58
13. Processos Julgados, por Relator e Classe de Feitos .....	59
14. Processos Julgados, por Classe de Feitos .....	60
15. Processos Distribuídos e Julgados e Acórdãos Publicados .....	61
16. Processos Distribuídos e Julgados, por Mês e Ano, no Período de 07.04.89 (Criação do STJ) a 17.12.93.....	62
17. Processos Distribuídos e Julgados, por Ano, no Período de 07.04.89 (Criação do STJ) a 17.12.93 - Crescimento.....	63
18. Processos Julgados, por Ano, no Período de 07.04.89 (Criação do STJ) a 17.12.93 - Crescimento.....	64
19. Processos Distribuídos, Julgados e Remanescentes, por Ano, no Período de 07.04.89 (Criação do STJ) a 17.12.93 .....	65
20. Processos Julgados e Remanescentes no Período de 07.04.89 (Criação do STJ) a 17.12.93 .....	66

Impresso  
pela Divisão Gráfica do  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL